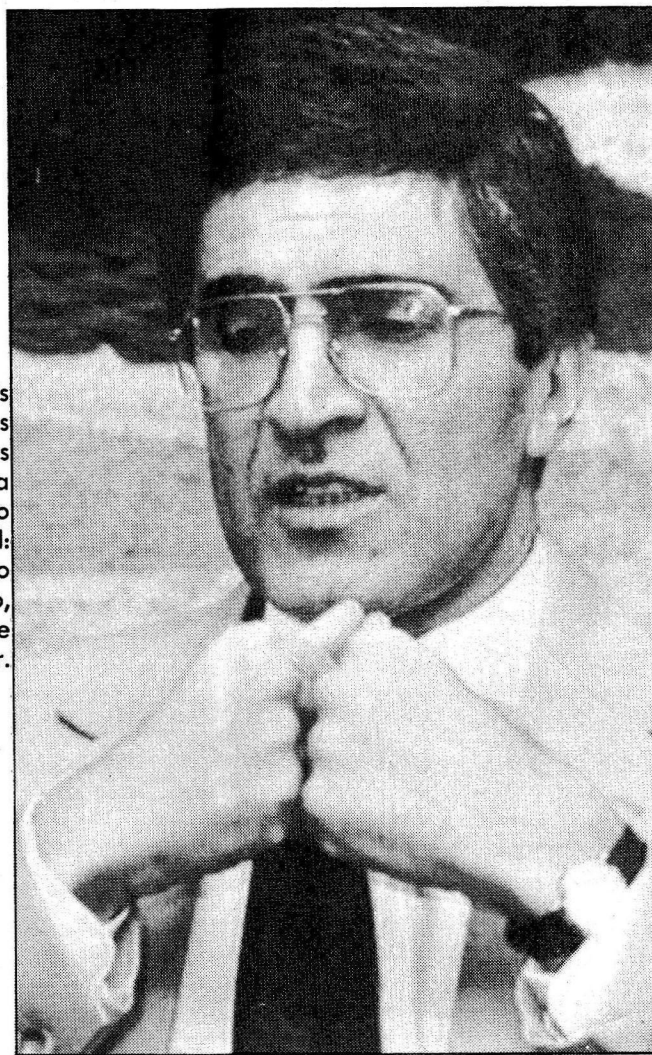


Brasil propõe pagamento. E pede acordo.

O governo retoma hoje a negociação da dívida externa com os bancos credores com a oferta de um pagamento de cerca de US\$ 2 bilhões — um montante que corresponde a parte dos juros atrasados e uma parcela dos que vencem no início do ano que vem. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, que expôs a proposta na sexta-feira ao governo americano, adianta que o Brasil pedirá em troca um acordo que defina os principais elementos de uma ampla renegociação da dívida.

Eris se reuniu por mais de uma hora com o subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, para explicar o conceito de capacidade de pagamento — a pedra de toque da proposta original do governo brasileiro para a renegociação da dívida. Apesar de conseguir melhorar a impressão da Casa Branca, a longa exposição não foi suficiente para arrancar um apoio claro, como informa o correspondente **Paulo Sotero**. De acordo com funcionários norte-americanos, o governo vê melhores perspectivas mas prefere aguardar a reação dos bancos. Há duas semanas, os credores exigiram o pagamento, até 31 de

Eris
levará aos
credores
a nova
proposta do
Brasil:
apesar do
avanço,
acordo deve
demorar.



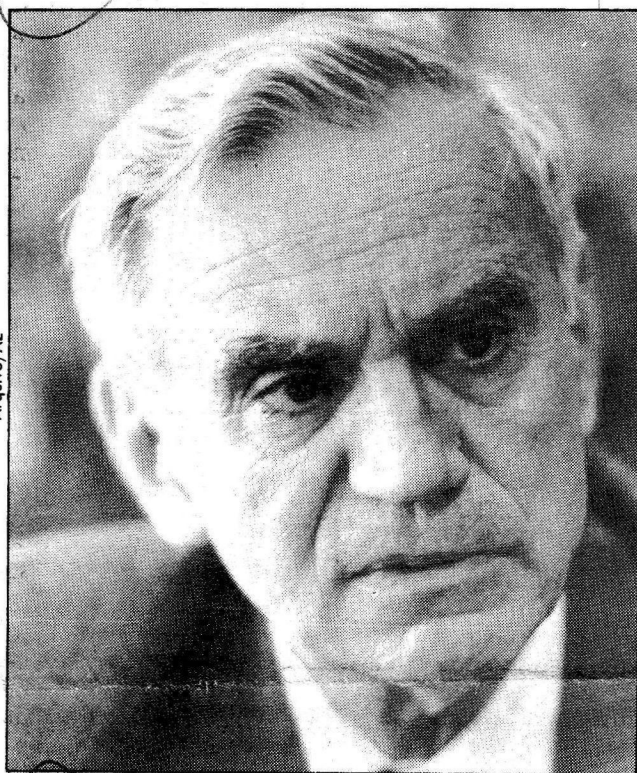
de dezembro, de um terço dos US\$ 9 bilhões dos juros acumulados mais metade dos juros a vencer no primeiro trimestre de 1991.

De acordo com porta-vozes dos credores, a disposição do governo brasileiro de pagar juros em troca de um acordo sobre os princípios e os itens mais importantes de uma negociação sobre o estoque da dívida — em lugar do “acordo definitivo” mencionado inicialmente pelas autoridades econômicas — deverá ser recebida mais favora-

velmente que a primeira proposta apresentada pelo Brasil e pode abrir caminho para o entendimento. Um sinal nesta direção foi o aumento de 10% alcançado na semana passada pelos títulos da dívida brasileira.

Ainda assim, é pouco provável que Ibrahim Eris parta hoje à tarde para a Europa conhecendo alguma resposta da parte dos credores. “A duração e o resultado da conversa vão depender do montante e das condições que o Brasil apresentar pa-

ra o pagamento”, adiantou uma fonte ligada ao comitê assessor dos bancos. Os credores deverão insistir em tratar separadamente os juros atrasados e o estoque da dívida. Mesmo se a nova proposta brasileira for aceita como base para um entendimento, restará uma questão espinhosa — definir o montante que o País pagará de juros durante a negociação dos detalhes de um acordo. O único consenso é que um acerto mais amplo levará meses para ser concluído.



Ozires
Silva: um
acordo que
beneficiará os
exportadores,
mas que
poderá
prejudicar o
contribuinte.

Arquivo/AE

Arquivo/AE